

11 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

# Bolsonaro diz que indicará para vaga no STF ministro 'terrivelmente evangélico'

## Em culto na Câmara, presidente recebeu bênção e foi chamado de 'escolhido'; próxima vaga na corte superior deve ser aberta em 2020

Gustavo Uribe

BRASÍLIA Após sinalizar a preferência por alguém religioso para compor, no futuro, o STF (Supremo Tribunal Federal), o presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quarta-feira (10) que indicará a uma das vagas da corte um nome "terrivelmente evangélico".

A declaração foi feita em eventos promovidos pela bancada evangélica na Câmara dos Deputados: em um culto religioso, no qual recebeu bênção do bispo licenciado da Universal Marcos Pereira (PRB-SP), e no plenário, quando participou de sessão solene em homenagem aos 42 anos da Igreja Universal do Reino de Deus.

"O Estado é laico, mas somos cristãos e, entre as duas vagas que terei direito a indicar para o STF, um será terrivelmente evangélico", repetiu.

A indicação de ministros do Supremo é uma atribuição do presidente da República que depois precisa ser aprovada pelo Senado. Até o final de seu mandato, Bolsonaro poderá indicar ao menos dois deles.

O primeiro ministro do Supremo que deve deixar a corte é o decano Celso de Mello, que completa 75 anos — a idade de aposentadoria obrigatória — em novembro de 2020. A segunda vaga no STF deve ficar disponível com a aposentadoria de Marco Aurélio Mello, em julho de 2021.

Bolsonaro chegou a dizer neste ano que havia reservado uma das vagas a Sergio Moro, ex-juiz da Lava Jato que deixou a magistratura para se tornar ministro da Justiça do governo. Depois, negou haver qualquer acordo e disse apenas buscar alguém com o perfil dele.

A declaração causou mal-estar na equipe de Moro, que até então era considerado o favorito para a vaga de 2020.

O receio do grupo é de que, por conta do desgaste causado na imagem do ministro com o vazamento de mensagens privadas, Bolsonaro postergue sua indicação para 2021, dando o primeiro posto a um evangélico. Em diálogos revelados pelo site The Intercept Brasil, Moro, então juiz da Lava Jato troca informações e conselhos com procuradores.

Segundo relatos feitos à Folha, o presidente já manifestou incômodo com a possibilidade de um nome indicado por ele ser rechaçado pelo Senado, risco que passou a ser levado em conta para uma indicação de Moro.

Caso Bolsonaro opte por segurar a escolha do ex-juiz, dois nomes são considerados favoritos para a vaga de Celso de Mello: o do ministro da AGU (Advocacia-Geral da União), André Luiz Mendonça, e o do juiz federal Marcelo Bretas, que conduz a operação no Rio de Janeiro. Os dois são evangélicos.

De acordo com assessores presidenciais, o primeiro leva vantagem, uma vez que há resistência dos ministros da corte à indicação de um magistrado de primeira instância.

A escolha de um advogado geral não é novidade na história recente do STF. Os ministros Gilmar Mendes e José Dias Toffoli comandaram a pasta durante as administrações de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), respectivamente.

No início da noite, o porta-voz da Presidência da República, Otávio Régio Barros, disse que "terrivelmente evangélico" é apenas uma força de expressão e que, na verdade, o presidente se refere a um perfil que seja de "respeito" e "confiabilidade".

"Quando cita um evangélico, ele gostaria de expressar pessoas que têm respeito, confiabilidade, conhecimento técnico e jurídico e que possam colaborar e somar à bela equipe do STF", disse.

Ele ressaltou que Bolsonaro ainda não escolheu um nome para a vaga e afirmou que ele valoriza tanto a importância de um Estado laico que participará em outubro, em Salvador, das comemorações da canonização de Irmã Dulce.

**CONTINUA**

## CONTINUAÇÃO

“O presidente não decidiu sobre quem poderá eventualmente substituir os ministros que estão por terminar seus mandatos. Então, não há decisão de momento, porque a vaga não está aberta”, disse.

Em seu discurso, Bolsonaro disse ainda que o “espírito cristão” deve estar presente nos três Poderes e elogiou a bancada evangélica, afirmando que, apesar de ela sofrer críticas, tem um “superávit enorme” junto à sociedade brasileira.

“A força do Executivo e do Legislativo juntos é inimaginável, ainda mais tendo paz e Deus no coração”, disse. “Com todas as críticas que porventura vocês [bancada evangélica] sofram, no final das contas, o saldo é muito positivo para todos os brasileiros, inclusive para aqueles que têm outras religiões”, acrescentou.

Ele reconheceu que seu governo pode cometer “equivocos e erros”, mas que estará “sempre aberto” a ouvir a bancada evangélica em busca de soluções para problemas.

No culto, no qual foi chamado de “o escolhido” e orou de olhos fechados, Bolsonaro aproveitou para pedir apoio aos projetos do governo e disse que está otimista com a votação da reforma da Previdência.

“Aqui, entre nós, está o escolhido, Jair Messias Bolsonaro, um homem simples”, disse o ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil). “Hoje vivemos em um Brasil sem medo e hoje teremos uma grande vitória no plenário da Câmara dos Deputados para começar a transformar o Brasil”, ressaltou.

O ministro da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, que também estava presente e é evangélico, foi chamado para conduzir parte da cerimônia religiosa.

“O presidente disse que já era hora de um ministro evangélico ir ao Supremo. Deus sabe das coisas. O presidente colocou um evangélico na articulação política”, disse.

Em sua fala, ele disse que já estava escrito nas escrituras sagradas que ele ajudaria o presidente e que a luta da vida não é pela carne ou pelo sangue, mas pelo espírito.

“Deus me deu a sabedoria de Salomão, a capacidade de articular e gerenciar de José do Egito e a força de um guerreiro que foi David”, disse.

Em maio, durante evento em Goiânia, Bolsonaro já havia cobrado a presença de um ministro evangélico no Supremo.

“Será que não está na hora de termos um ministro do STF evangélico?”, perguntou na ocasião o presidente, ao falar para um público da igreja Assembleia de Deus Ministério Madureira. Atualmente, o Supremo tem maioria católica (ao menos sete ministros), dois judeus e nenhum evangélico.

Ao usar o termo “terrivelmente”, o presidente repete mais uma vez uma fala da ministra Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), que em seu discurso de posse, em janeiro deste ano, afirmou ser “terrivelmente cristã”.

### PRÓXIMAS VAGAS NO STF

#### 2020

É quando ocorre a aposentadoria compulsória de Celso de Mello, que completará completa 75 anos. Decano do Supremo, foi indicado por Sarney em 1989

#### 2021

É quando Marco Aurélio, indicado por Collor em 1990, aposenta-se também pela idade compulsória

### Qual é a religião dos ministros atualmente

#### Católicos

- Dias Toffoli
- Alexandre de Moraes
- Cármen Lúcia
- Edson Fachin
- Gilmar Mendes
- Marco Aurélio
- Ricardo Lewandowski

#### Judeus

- Luís Roberto Barroso\*
- Luiz Fux

#### Não declaram

- Celso de Mello
- Rosa Weber

\*Reconhecido pela comunidade judaica por ser filho de mãe judia

11 JUL 2019

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

## EM NOME DE DEUS

A lista de evangélicos que poderiam ser indicados por Jair Bolsonaro para o STF (Supremo Tribunal Federal) é encabeçada, hoje, pelo advogado-geral da União, André Mendonça. Ele tem o apoio de parte da bancada religiosa no Congresso.

**É cedo** Mendonça também tem recebido elogios de ministros do STF, que se surpreenderam positivamente com sua performance na defesa do governo na corte. Ressalvam, no entanto, que ele é muito jovem para o cargo.

**PONTO** O nome do deputado Marcos Pereira (PRB-SP) entrou recentemente na bolsa de apostas para o STF. Ele é bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, comandada por Edir Macedo, dono da TV Record, que apoiou a eleição de Bolsonaro.

**PARALELA** Na lista já estavam também o ministro Humberto Martins, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), e o juiz Marcelo Bretas, do Rio.

## PAINEL DO LEITOR

### Ministro evangélico no STF

No momento em que um presidente da República decide a partir do viés religioso-ideológico e não pela competência, estamos sedimentando a falência do Estado ("Bolsonaro diz que indicará para vaga no STF ministro 'terrivelmente evangélico'", Poder, 10/7).

Joaquim Parron Maria (Curitiba, PR)

Que seja "terrivelmente evangélico" ou "magnanimamente ateu" não importa. O que realmente importa é que seja totalmente honesto e fiel aos ditames da Carta Magna. O resto é perfumaria.

Elcio Henrique Lacerda (Uberaba, MG)

O Brasil é um país laico e sempre o será. A insistência do presidente Bolsonaro em colocar um ministro evangélico passa a impressão de que a corte não tem rumo. Os ministros do Supremo Tribunal Federal têm que se pautar pela ética e pela moralidade e isso não depende de religião alguma.

Luciano Vettorazzo

(São José do Rio Preto, SP)

Como as pessoas são preconceituosas! Temos um monte de feriados religiosos, e ninguém fala disso. É pura hipocrisia.

Carlos Henrique Diehl Bragança

(Campo Grande, MT)

Como se não bastasse a polarização na política, agora querem partir para o extremismo religioso. Onde vamos parar?

Natanael Batista Leal (Brasília, DF)

11 JUL 2019

FOLHA DE S. PAULO

## Uma boa reforma

Texto da Previdência aprovado pela Câmara tem falhas, mas acerta em combater aposentadorias precoces e distribuir custos com razoável justiça

O texto da reforma da Previdência aprovado em primeiro turno pela Câmara dos Deputados prevê a mais ampla alteração já feita nas aposentadorias do país.

Marco histórico à parte, mais importante é assinalar que, embora contenha falhas, a reforma significa inegável avanço rumo à racionalidade orçamentária e à justiça social —e merece ter seus dispositivos centrais preservados nas próximas etapas da tramitação.

Sua inovação mais importante, a fixação de idades mínimas para a obtenção dos benefícios, constitui prática corriqueira no mundo. Segundo estudo publicado pelo Ipea há dois anos, 164 de 177 países pesquisados aplicam tal exigência.

Em grande parte deles, aliás, o piso etário tem subido para acompanhar a tendência de aumento da longevidade da população, também observada no Brasil.

O texto votado pela Câmara estabelece como norma geral idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres —melhor seria se não houvesse diferenciação. O tempo mínimo de contribuição, hoje de 15 anos no setor privado, sobe a 20 apenas para os homens.

Ressalve-se, porém, que na prática esses limites mínimos não vigorarão de imediato para todos. Há regras de transição para alguns trabalhadores hoje na ativa, entre elas a que permite, em 2020, aposentadorias aos 61 (homens) e 56 (mulheres) —os números serão

elevados gradualmente.

Também relevante para desestimular as aposentadorias precoces e racionalizar despesas é a adoção de critérios mais rigorosos para o cálculo dos benefícios e a concessão de pensões por morte.

A oposição tem atacado, em particular, a necessidade de 40 anos de contribuição para que o segurado obtenha um valor equivalente à média dos salários da ativa. Tal imposição, todavia, não afeta a maioria que se aposenta pelo salário mínimo, dado não serem permitidos benefícios de valor inferior.

O terceiro eixo fundamental da proposta é igualar, com algumas exceções, os regimes previdenciários dos setores público e privado, o que já se desenhava na reforma promovida em 2003. Em contrapartida pelos privilégios da carreira, o funcionalismo arcará com alíquotas maiores de contribuição, proporcionais ao salário.

Há omissões no texto, a mais grave delas a exclusão de estados e municípios. Corporações de servidores se mobilizam para obter normas mais favoráveis; as pensões militares serão definidas em outro projeto, de tramitação difícil.

No geral, entretanto, é razoável a distribuição dos sacrifícios inevitáveis para um país que destina hoje excessivos 13% de sua renda total à Previdência —percentual que crescerá e tomará espaço crescente da educação, da saúde e de outras prioridades se nada for feito.

11 JUL 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### Ministério Público pede inspeção no Coaf sobre jornalista

Mônica Bergamo

SÃO PAULO O procurador do Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), Lucas Furtado, pediu ao órgão que determine a imediata suspensão de toda e qualquer investigação sobre o jornalista Glenn Greenwald, do site The Intercept Brasil, até que fiquem claras as motivações para que ela ocorra.

Furtado pede que o TCU realize inspeção imediata no Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), já que o órgão não esclareceu se está ou não fiscalizando o profissional.

Greenwald coordena o trabalho de jornalistas do site e de outros parceiros que estão revelando diálogos de Sergio Moro, ministro da Justiça, com integrantes da Lava Jato na época em que ele era juiz.

A investigação sobre ele, diz o tribunal, teria sido pedida pela Polícia Federal, subordinada a Moro. E poderia configurar uma retaliação e um ataque à liberdade de imprensa.

O TCU tinha dado 24 horas para que Paulo Guedes, ministro da Economia, e o Coaf esclarecessem se o jornalista estava ou não sendo fiscalizado. As repostas, divulgadas na terça (9), foram genéricas e não responderam se a investigação existe e quais seriam as justificativas para a medida.

“Somente em uma república de bananas —o que o Brasil não quer ser— seria correto usar o aparelho estatal para perseguir qualquer pessoa que contrariasse, com sua atividade profissional, o interesse dos ocupantes momentâneos do poder estatal”, afirma o procurador.

Para Furtado, um trecho da resposta do Coaf deixou em aberto a possibilidade de as movimentações financeiras de Greenwald estarem sendo efetivamente analisadas.

Nele, o órgão negava que a PF tivesse pedido uma investigação contra o jornalista. Mas dizia que “poderá ocorrer” de o Coaf receber informações e elaborar um RIF (Relatório de Inteligência Financeira) sobre fatos que indicassem crime.

11 JUL 2019

## FOLHA DE S. PAULO

# Promotoria de SP denuncia policiais suspeitos de estuprar jovem em viatura

Rogério Pagnan

SÃO PAULO O Ministério Público de São Paulo denunciou nesta quarta (10) à Justiça Militar os dois policiais suspeitos de terem atacado sexualmente uma jovem dentro de uma viatura policial em Praia Grande (litoral paulista), no último dia 12 de junho.

Os dois foram denunciados pelos crimes de estupro e atentado violento ao pudor (artigos 232 e 233 do Código Penal Militar), a partir do inquérito concluído pela Corregedoria da Polícia Militar que apontou haver fortes indícios de que o crime tenha ocorrido como relatou a vítima.

A condenação pelos dois crimes pode levar a uma prisão de 5 a 14 anos.

Os soldados Anderson Silva da Conceição e Danilo de Freitas Silva negam o crime. Eles estão no presídio especial Romão Gomes, na zona norte da capital, desde o último dia 19, após a Justiça decretar a prisão preventiva (sem prazo determinado).

A advogada dos PMs, Flávia Artilheiro, disse que seus clientes são inocentes. "Recebemos com serenidade a notícia da denúncia e, agora, vamos provar a inocência dos dois no processo", disse.

O pedido de prisão foi apresentado pela Corregedoria da PM após serem encontradas inconsistências na versão apresentada pelos soldados e o resultado do exame do IML (Instituto Médico Legal), que reforça as suspeitas de violência sexual.

Além de encaminhar o inquérito à Justiça Militar, a equipe da Corregedoria recomendou à cúpula da corporação a abertura de um

processo regular, um procedimento administrativo para que os dois se defendam das acusações.

Este processo, conhecido como Conselho de Disciplina, pode levar à expulsão dos PMs, se for configurada a infração ao regimento interno. Os dois processos (na esfera criminal e administrativa) correm independentemente e podem ter resultados distintos.

De acordo com a investigação, o possível crime ocorreu por volta das 23h30 do dia 12, quando a vítima procurou os PMs, próximos a um shopping de Praia Grande, para pedir uma informação. Ela precisava de orientação para voltar de ônibus à vizinha São Vicente, também no litoral, onde mora com a família.

Conforme a jovem relatou à Ouvidoria da Polícia, que acompanha o caso, assim que pediu ajuda, um dos PMs passou a perguntar se ela era casada e se era maior de idade.

A vítima aceitou a carona, mas, um dos PMs sentou-se ao lado dela no banco de trás da viatura e imediatamente começou a assediá-la sexualmente. O policial teria obrigado a vítima a fazer sexo oral nele e, em seguida, forçado violentamente a penetração.

Ao serem ouvidos, os soldados alegaram que, de fato, deram carona à jovem, mas que nada aconteceu. Os PMs disseram que ela pediu informações e que tinha sido perseguida, por isso eles passaram por algumas ruas ermas à procura do suposto homem.

A situação dos PMs se agravou porque, em depoimento, eles disseram que a garota foi sentada no banco de trás, Danilo, no banco do passageiro, e Anderson, ao volante. Mas

imagens gravadas pelo sistema de segurança do shopping, obtidas na investigação, desmentem essa versão.

Outro agravante foi o fato de a vítima, logo depois de descer da viatura, ter ligado para o 190, sendo enviados ao local outros policiais, que logo acionaram os órgãos necessários para a apuração do caso. A vítima foi submetida a exames horas depois.

O laudo do IML diz que a vítima "apresenta sinais de lesões corporais de natureza leve" nas partes íntimas, o que, segundo o documento, "pode ser compatível com ato sexual recente".

Uma busca feita na viatura também localizou o celular da vítima, que ela mencionou às autoridades ter perdido durante o ataque.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

11 JUL 2019

## STJ nega habeas a Richa

A vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, indeferiu pedido de habeas corpus do ex-governador do Paraná Beto Richa, contra portaria do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) que designou juízes substitutos para atuação nas subseções da Comarca de Curitiba. Em razão da decisão da vice-presidente, o habeas corpus nem terá seu mérito analisado no tribunal.

Beto Richa pretendia que o STJ anulasse a portaria da presidência do TJPR e, até lá, mantivesse suspensa a ação penal que tramita contra ele na Justiça paranaense. O ex-governador é acusado de crimes supostamente cometidos a partir de 2011 no âmbito do programa Patrulha do Campo, do governo do Paraná, quando era o chefe do Executivo.

### Ato administrativo

A portaria editada pelo presidente do TJPR transferiu a competência para julgar a ação penal derivada da Operação Rádio Patrulha do juiz substituto Fernando Bardelli Fischer para outro juiz igualmente substituto, José Daniel Toaldo, na 13.<sup>a</sup> Vara Criminal de Curitiba. Segundo a ministra, a portaria em questão “constitui ato administrativo, de natureza ordinatória, que, ainda que gere efeitos individuais no tocante à lotação dos juízes substitutos das subseções da Comarca de Curitiba/PR, não tem aptidão, por si, de causar qualquer ameaça à liberdade de locomoção do paciente, sendo o writ manifestamente incabível”.

### Denúncia

Em setembro de 2018, o Ministério Público estadual denunciou Beto Richa e outros agentes públicos e políticos pelos crimes de corrupção passiva e fraude à licitação, supostamente praticados no período em que ele foi governador (2011-2018). A denúncia foi recebida pela 13.<sup>a</sup> Vara Criminal de Curitiba em outubro.

### Defesa de Richa

De acordo com a defesa de Richa, seu processo já vinha sendo presidido por um juiz substituto, em virtude da declaração de suspeição do titular da vara. Após a edição da portaria, teria havido nova mudança na condução da ação penal. Para a defesa, o procedimento de alteração da lotação dos juízes substitutos violou o princípio constitucional do juiz natural.

11 JUL 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Bolsonaro diz que indicará 'terrivelmente evangélico'

*Presidente terá direito a indicar dois ministros para o STF*

"O estado é laico, mas somos cristãos. Como diz a ministra dos Direitos Humanos, Damare Alves, nós somos terrivelmente cristãos", disse Bolsonaro

*Gustavo Uribe*

**E**m culto religioso promovido na Câmara dos Deputados, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que indicará a uma das vagas do STF (Supremo Tribunal Federal) um nome "terrivelmente evangélico".

Na cerimônia promovida pela bancada evangélica, na qual recebeu bênção de Marcos Pereira (PRB-SP), ele lembrou que o estado brasileiro é laico, mas ressaltou que isso não impede que ele seja "terrivelmente cristão".

"Eu poderei indicar dois ministros ao Supremo Tribunal Federal. Um deles será terrivelmente evangélico", disse.

"O estado é laico, mas somos cristãos. Como diz a ministra dos Direitos Humanos, Damare Alves, nós somos terrivelmente cristãos", acrescentou.

Em maio, durante evento na igreja Assembleia de Deus, em Goiânia, Bolsonaro já havia cobrado a presença de um ministro evangélico no Supremo.

"Será que não está na hora de termos um ministro do STF evangélico?", perguntou o presidente, ao falar para um público da igreja Assembleia de Deus Ministério Madureira.

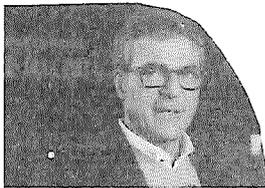
Na ocasião, ele questionou se a corte não estaria "legislando" ao julgar uma ação que trata da criminalização da homofobia.

# BEMPARANÁ

11 JUL 2019

## Rádio Patrulha

A presidente em exercício do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura rejeitou, na terça-feira, um pedido de habeas corpus do ex-governador Beto Richa (PSDB), contra portaria do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) que



transferiu o juiz substituto Fernando Fischer da 9ª e da 13ª Vara Criminal de Curitiba onde correm as ações das operações Quadro Negro e Rádio Patrulha, nas quais o tucano é réu. Fischer expediu o primeiro mandado de prisão preventiva contra o ex-governador, em setembro do ano passado. Quem assumiu seu posto no lugar de Fischer é o juiz José Daniel Toaldo. Na Rádio Patrulha, do Ministério Público Estadual, Richa responde por suspeitas de fraude em licitações do programa "Patrulha do Campo".

## Juiz natural

Richa pretendia que o STJ anulasse a portaria da presidência do TJ e, até lá, mantivesse suspensa a ação que tramita contra ele. A defesa do ex-governador alegou que seu processo já vinha sendo presidido por um juiz substituto, em virtude da declaração de suspeição do titular da vara. E que após a edição da portaria, teria havido nova mudança na condução da ação penal, o que violaria o princípio constitucional do juiz natural. A ministra do STJ afirmou, na decisão, que a portaria editada pelo presidente do TJ foi um ato meramente administrativo e que "ainda que gere efeitos individuais no tocante à lotação dos juízes substitutos das subseções (...) não tem aptidão, por si, de causar qualquer ameaça à liberdade de locomoção do paciente".

## Juízes

O deputado federal Rubens Bueno (Cidadania) entrou ontem com uma ação popular com pedido de liminar na Justiça Federal do DF solicitando a suspensão dos efeitos do acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que permitiu que magistrados que ingressaram na carreira antes de 1998 contabilizem o tempo trabalhado como advogados, mesmo sem contribuição à Previdência, para requerer aposentadoria. Com a decisão, magistrados de todo o país poderiam requisitar o mesmo tratamento e ficariam dispensados de comprovar contribuição previdenciária relativa ao tempo na advocacia. Bastaria apresentar uma certidão emitida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

## #STF

## Bolsonaro diz que indicará evangélico

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que indicará um ministro evangélico para o Supremo Tribunal Federal (STF), pois, para ele, a busca pelo "resgate dos valores familiares" deve estar presente em todos os poderes do país. "Entre as duas vagas que te-rei para indicar para o Supremo um deles será ter-riavelmente evangélico", disse, em encontro com a bancada evangélica na Câmara.

No mês passado, ao criticar a decisão do STF de criminalizar a homofobia como forma de racismo, Bolsonaro já havia sugerido a indicação de um evangélico para a Corte. Até 2022, o presidente da República poderá indicar nomes para pelo menos duas vagas, que serão abertas com a aposentadoria compulsória dos ministros Marco Aurélio e Celso de Mello.

Ontem, Bolsonaro elogiou a atuação dos parlamentares evangélicos nos últimos anos. "Vocês sabem o quanto a família sofreu nos últimos governos. Vocês foram decisivos na busca da inflexão do resgate dos valores familiares", disse.

11 JUL 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## Justiça suspende bônus a servidor aprovado pela Câmara

A Justiça de São Paulo suspendeu um projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal que criava novos benefícios e gratificações para servidores públicos, como auditores e fiscais e procuradores do Município. Aprovado em 26 de junho, o texto ainda não havia sido sancionada nem vetada pelo prefeito Bruno Covas (PSDB). Os pagamentos extras fariam com que o salário final desses servidores ultrapassasse o teto do funcionalismo paulistano.

A decisão, do desembargador Barreta da Silveira, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) paulista, não tem relação direta com o pagamento além do teto – o salário do prefeito, de R\$ 24 mil. Silveira acatou o argumento do vereador Fernando Holiday (DEM), autor do pedido de mandado de segurança, de que os benefícios foram inseridos em projeto sobre outro assunto (no caso, o pagamento de profissionais do ensino).

Na decisão, o desembargador cita que a inclusão desses benefícios se deu mediante “artifício regimental” no Legislativo. Silveira concedeu a liminar diante da possibilidade de o projeto ser sancionado por Covas. A suspensão se dá em caráter provisório, até que o mérito da ação do vereador seja julgado pelo Órgão Especial do TJ.

Essa prática, de inserir artigos em projeto de lei que não tem a ver com o tema original, é chamada no jargão político de “jabuti”. O entendimento da Justiça paulista tem sido de que a prática é irregular. Em maio, por exemplo, a constatação dessa prática fez o TJ determinar alterações nas regras para a concessão dos ônibus na cidade.

### • Votação

**30**

Votos favoráveis teve o projeto de lei que criava gratificações para servidores na Câmara Municipal. Foram 18 votos contrários.

O projeto foi aprovado após duas semanas de tentativas da gestão Covas, diante de resistência da oposição e de parte dos aliados. Com a mudança, os auditores fiscais da Secretaria da Fazenda passariam a ter direito a uma gratificação de até R\$ 10 mil mensais por atuarem na fiscalização de tributos federais, como o Simples Nacional.

Como eles já têm salários de R\$ 24 mil, na prática, poderiam receber R\$ 34 mil, uma vez que as gratificações teriam caráter indenizatório. O entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) é que pagamentos indenizatórios podem extrapolar os tetos de cada ente federativo.

Além disso, servidores indicados pela Procuradoria-Geral do Município terão direito a pagamento extra de até R\$ 9,6 mil para atuar como assessores técnicos em ações judiciais de competência do procurador geral.

**Legislativo.** A Presidência da Câmara informou que “vai cumprir a decisão judicial, mas que a Mesa Diretora tem plena certeza de que o processo legislativo do PL 616/2018 seguiu os trâmites legais e regimentais”. Disse ainda que o projeto foi de iniciativa do Executivo e o substitutivo aprovado também era de autoria do governo.

O vereador Fabio Riva (PSDB), líder do governo na Câmara, disse ao **Estado** que iria tomar conhecimento da decisão antes de comentá-la. /B.R. e

FABIO LEITE

11 JUL 2019

O ESTADO DE S. PAULO

# Comissão aprova caixa 2 como crime em pacote de Moro

CCJ do Senado garante 1ª vitória ao ministro da Justiça, que tenta levar adiante projeto anticrime; texto na Casa está fatiado em 3 partes

Renato Onofre / BRASÍLIA

Um dia após o ministro da Justiça, Sérgio Moro, sofrer um novo revés na Câmara, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou ontem, por 17 votos a 2, a criminalização do caixa 2, uma das medidas do pacote anticrime do ex-juiz da Lava Jato.

Embora as propostas tenham sido apresentadas na Câmara, senadores as replicaram no Senado para adiantar a votação, diante de resistências de deputados. Anteontem, o grupo de trabalho que analisa o pacote na Câmara retirou do texto a possibilidade de prisão após condenação em segunda instância, uma das principais bandeiras de Moro e da Lava Jato. Este item ainda não foi analisado pelos senadores.

Atrás de uma agenda positiva após o vazamento de mensagens com integrantes da força-tarefa da Lava Jato, o ministro acertou com a senadora Simone Tebet (MDB-MS), presidente da CCJ, acelerar a tramitação do pacote. A votação de ontem foi a primeira vitória de Moro na tentativa de levar adiante seu pacote anticrime. A possibilidade de endurecer a legislação relacionada ao combate à corrupção foi a justificativa de Moro para abandonar 22 anos de magistratura e aceitar o convite de Jair Bolsonaro para integrar o governo.

## ● Mensagem

“Parabéns aos senadores que demonstraram o desejo de mudar o País para melhor, com mais integridade na política.”

Sérgio Moro

MINISTRO DA JUSTIÇA, NO TWITTER

O ministro usou as redes sociais para comemorar a vitória. “Parabéns aos senadores que demonstraram o desejo de mudar o país para melhor, com mais integridade na política”, escreveu.

**Votação.** A criminalização do caixa 2 já havia sido aprovada no mês passado pelo Senado, na esteira do projeto que prevê punições a juizes e procuradores por abuso de autoridade. Segundo Simone Tebet, no entanto, a estratégia de aprovar um projeto separado tem como objetivo acelerar a votação. “No mês de agosto, todo o pacote poderá ser analisado e finalizado pelos senadores e encaminhado para a Câmara”, disse ela.

O projeto que criminaliza caixa 2 determina prisão de até cinco anos para quem for condenado por “arrecadar, receber, manter, movimentar ou utilizar” recursos financeiros não declarados na prestação de contas de campanha.

Diferentemente da Câmara, onde o pacote está sendo analisado por um grupo de trabalho, no Senado, o texto original de Moro foi dividido em três partes. Além da criminalização do caixa dois, ainda está em discussão alterações nos códigos Penal e de Processo Penal – incluindo a prisão após condenação em segunda instância – e o projeto que determina o julgamento de crimes como corrupção e lavagem de dinheiro pela Justiça comum, mesmo quando relacionados a campanhas eleitorais.

# O ESTADO DE S. PAULO

# Bolsonaro

# reitera nome

# evangélico

# para o STF

11 JUL 2019

Presidente diz que quer indicar para 1 das 2 vagas alguém 'terrivelmente evangélico'

## ● Mudança 2020

é o ano em que abrirá a 1ª vaga no STF com a aposentadoria do ministro Celso de Mello, que em novembro completará 75 anos

*Felipe Frazão  
Teo Cury  
Rafael Moraes Moura* / BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que pretende indicar um nome "terrivelmente evangélico" para uma das duas vagas a serem abertas no Supremo Tribunal Federal no decorrer do seu mandato. O compromisso foi firmado durante culto de Santa Ceia realizado pela Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados.

"O Estado é laico, mas nós somos cristãos. Ou, para plagiar minha querida Damares: nós somos terrivelmente cristãos. E esse espírito deve estar presente em todos os Poderes. Por isso, meu compromisso. Poderei indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal. Um deles será terrivelmente evangélico", disse Bolsonaro, aplaudido pelos parlamentares, assessores e convidados que lotaram o auditório onde o culto foi realizado.

Bolsonaro já havia indicado antes a intenção de nomear um cristão ou um evangélico para o Supremo, mas sem assumir um compromisso publicamente. A exemplo de ontem, a declaração também havia sido feita em um culto evangélico.

Aos deputados e senadores que acompanhavam a cerimônia na manhã de ontem, o presidente disse que os evangélicos foram essenciais na inflexão da pauta moral nos últimos anos, a partir de 2010. "Aquele chavão que era da política passou a ser de todos nós: Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", disse, citando seu slogan de campanha.

Em maio, o presidente já tinha dado sinais de que pretendia emplacar um evangélico no STF, quando fez uma série de críticas à Corte. "Não me venha a imprensa dizer que eu quero misturar a Justiça com a religião. Todos nós temos uma religião ou não temos. Respeitamos e tem que respeitar. Será que não está na hora de termos um ministro do Supremo Tribunal Federal

evangélico?", perguntou, na ocasião, o presidente ao participar da Convenção Nacional das Assembleias de Deus, em Goiânia.

**Nomes.** Segundo apurou o Estado, um dos nomes mais cotados para preencher a vaga de "ministro evangélico" é o do atual advogado-geral da União, André Mendonça. Considerado técnico e discreto, Mendonça é pastor da Igreja Presbiteriana em Brasília, servidor de carreira da AGU e possui bom trânsito tanto entre integrantes do STF quanto parlamentares. Os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva nomearam seus advogados-gerais da União para o Supremo – no caso, Gilmar Mendes e Dias Toffoli, respectivamente.

Outros nomes cotados para a vaga são o do ministro Humberto Martins, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o juiz federal Marcelo Bretas e o procurador Guilherme Schelb, entusiasta do projeto Escola Sem Partido, uma das bandeiras do presidente.

Martins integra o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão encarregado de investigar e aplicar sanções contra magistrados. Adventista do sétimo dia, enfrenta resistências por ser ligado ao senador Renan Calheiros (MDB-AL), que apoiou o PT nas eleições e tem sido um dos parlamentares mais críticos ao governo.

Bretas, por sua vez, tem perfil linha dura, afinado ao do ex-juiz federal e atual ministro da Justiça, Sérgio Moro, e costuma utilizar a conta pessoal no Twitter para postar trechos da Bíblia. A sua atuação na Lava Jato, no entanto, é vista com desconfiança por parte da classe política, o que poderia levar a dificuldades na tentativa de obter aval do Senado para a vaga – a indicação do presidente para o STF precisa do apoio da maioria absoluta dos senadores (41 dos 81 congressistas). / COLABOROU JULIA LINDNER

**CONTINUA**

11 JUL 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CARLOS AYRES BRITTO

## 2 PERGUNTAS PARA...

Carlos Ayres Britto, ex-ministro do Supremo

**1.** Como o sr. avalia a possibilidade de um evangélico ser indicado ao STF?

O que interessa é que os requisitos da Constituição e das leis sejam preenchidos por quem o presidente da República vier a indicar para ministro do Supremo. Dentre esses requisitos, o critério religioso não se diz, a partir da própria Constituição, que exige idade mínima de 35 anos, máxima de 65, reputação ilibada e, finalmente, notabilidade e saber jurídico, além da condição de brasileiro nato. Desses requisitos, nenhum é de caráter religioso.

**2.** O presidente pode se valer da religião para indicar um ministro do STF?

A exigência do Estado rigorosamente laico está em mais de uma passagem da Constituição. Porém, sobretudo no artigo 19, inciso I, a laicidade do Estado chega a ser explícita. Além disso, a Constituição ainda lista os requisitos de investidura do cargo de ministro do STF e em nenhum deles faz parte a confissão religiosa de quem quer que seja. É de se esperar do presidente esse cumprimento e que obedeça a esses requisitos e não a outros.

11 JUL 2019

## JORNAL DO ÔNIBUS

### STJ nega habeas corpus a Beto Richa contra troca de juízes

A vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, indeferiu pedido de habeas corpus do ex-governador do Paraná Beto Richa, contra portaria do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) que designou juízes substitutos para atuação nas subseções da Comarca de Curitiba. Em razão da decisão da vice-presidente, o habeas corpus nem terá seu mérito analisado no tribunal.

Beto Richa pretendia que o STJ anulasse a portaria da presidência do TJPR e, até lá, mantivesse suspensa a ação penal que tramita contra ele na Justiça paranaense. O ex-governador é acusado de crimes supostamente cometidos a partir de 2011 no âmbito do programa Patrulha do Campo, do governo do Paraná, quando era o chefe do Executivo.

A portaria editada pelo presidente do TJPR transferiu a competência para julgar a ação penal derivada da Operação Rádio Patrulha do juiz substituto Fernando Bardelli Fischer para outro juiz igualmente substituto, José Daniel Toaldo, na 13.ª Vara Criminal de Curitiba. ●

# Reforma da Previdência é aprovada na Câmara

Placar no plenário apontou 379 votos favoráveis e 131 contrários

O texto-base da reforma da Previdência foi aprovado ontem no plenário da Câmara dos Deputados por 379 votos favoráveis e 131 contrários. O resultado da votação veio após quase nove horas de discussões e da manifestação de quase 30 líderes partidários. O resultado foi muito comemorado pela base governista do governo, inclusive o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM), exonerado especialmente para votar na sessão de ontem e presente no plenário.

A partir de agora, serão votados no plenário todos os destaques ao texto principal, que podem alterar pontos específicos do texto-base. Durante a sessão, parlamentares da base e opositores travaram diversos embates sobre as mudanças nas regras previdenciárias. Parlamentares da oposição afirmaram que a economia prevista com a reforma é injusta e feita em cima dos que ganham menos.

Já os deputados da base governista, por outro

lado, repetiram que o texto combate privilégios e que é necessário para cobrir o rombo da Previdência. Eles também refutaram as falas de que a liberação de emendas foi feita em troca de votos. “Estão aqui parlamentares pensando no Brasil e nas próximas gerações, em detrimento de uma minoria que só pensa no populismo, em se dar bem, em manter privilégios para corporações e nas eleições do ano que vem”, disse o líder do Cidadania, Daniel Coelho. ■

## O segundo passo da reforma da Previdência

**A**provado o texto base da reforma da Previdência, o governo e o Congresso terão uma tarefa quase tão espinhosa quanto aprovar a reforma propriamente dita: lidar com as corporações. Particularmente dentro do serviço público, algumas categorias se consideram muito mais “sofridas” do que outras. Esses grupos conseguiram acumular privilégios ao longo do

tempo e hoje conseguem se aposentar mais cedo e com salários maiores do que a grande maioria dos trabalhadores.

Com o pretexto de uma aprovação em concurso público e os anos de estudo, várias categorias reivindicam benefícios que estão fora da realidade brasileira. Se a reforma está sendo feita hoje é porque o sistema brasileiro não suporta

o atual modelo e quem precisa ceder é justamente quem ganha mais (seja em tamanho de salário, seja em duração do benefício).

Se a consciência de mudança não for completa, o governo vai continuar enfrentando problemas para fazer as modificações necessárias para que a Previdência brasileira não entre em colapso em pouco tempo. ■

11 JUL 2019

## TRIBUNADO PARANÁ

### JORNAL DO ÔNIBUS

# Bolsonaro indicará evangélico para STF

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que indicará um ministro evangélico para o Supremo Tribunal Federal (STF), pois, para ele, a busca pelo “resgate dos valores familiares” deve estar presente em todos os poderes do país. “Entre as duas vagas que terei para indicar para o Supremo um deles será terrivelmente evangélico”, disse ontem, durante sua participação em um culto da bancada evangélica na Câmara dos Deputados.

No mês passado, ao criticar a decisão do STF de criminalizar a homofobia como forma de racismo, Bolsonaro já havia sugerido a indicação de um evangélico para a Corte. Até 2022, o presidente da República poderá indicar nomes para pelo menos duas vagas, que serão abertas com a aposentadoria compulsória dos ministros Marco Aurélio e Celso de Mello. ■

#### POLEMICA

O presidente Jair Bolsonaro disse que vai indicar dois ministros do STF, sendo um deles “terrivelmente evangélico”. A fala faz referência ao discurso de posse da ministra Damare Alves, da Mulher, Família e Direitos Humanos, em 2 de janeiro. Bolsonaro já havia dito no fim de maio que indicaria um evangélico para o cargo, após ter prometido a vaga ao ministro da Justiça, Moro. A ida do presidente à Câmara também coincide com o dia da votação da reforma da Previdência no plenário da Casa.

#### VEREADORES CONDENADOS

Três vereadores de Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, foram condenados pela Justiça, nesta terça-feira (9), por desviar parte dos salários de funcionários da Câmara. Os parlamentares Leonel de Barros Castro (PSC), Weliton Santos Figueiredo (PDT) e Válmir Soares Maciel (PSB), foram condenados à prisão e pagamento de multa. A condenação também prevê a perda dos mandatos eletivos dos réus e quaisquer cargos ou funções públicas que eventualmente ocupem.

11 JUL 2019

FOLHA DE LONDRINA

# Bolsonaro diz que indicará alguém 'terrivelmente evangélico' para o STF

## Presidente afirma o compromisso durante culto realizado pela Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados; até o final do mandato ele pode indicar dois ministros

Brasília - O presidente Jair Bolsonaro assumiu nessa quarta-feira (10) o compromisso de indicar um ministro "terrivelmente evangélico" para uma das duas vagas a serem abertas no Supremo Tribunal Federal (STF) durante seu mandato. Bolsonaro afirmou compromisso durante culto de Santa Ceia realizado pela Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados.

"O Estado é laico, mas nós somos cristãos. Ou, para plagar minha querida Damares: nós somos terrivelmente cristãos. E esse espírito deve estar presente em todos os Poderes. Por isso, meu compromisso. Poderei indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal, um deles será terrivelmente evangélico", disse Bolsonaro, aplaudido pelos parlamentares da frente, assessores e convidados que lotaram o auditório Nereu Ramos.

O presidente já havia manifestado antes a intenção de indicar um cristão ou um evangélico para o Supremo, mas sem assumir um compromisso explícito publicamente.

Aos deputados e senadores que acompanhavam o culto nessa terça, Bolsonaro disse

que os evangélicos foram essenciais na inflexão da pauta moral nos últimos anos, a partir de 2010. Segundo ele, a família vinha sofrendo nos últimos governos. "Aquele chavão que era da política passou a ser de todos nós: Brasil acima de tudo, Deus acima de todos", frisou, citando seu slogan de campanha.

Em maio, o presidente já tinha dado sinais de que pretendia emplacar um evangélico no STF, quando fez uma série de críticas à Corte. "Não me venha a imprensa dizer que eu quero misturar a Justiça com a religião. Todos nós temos uma religião ou não temos. Respeitamos e tem que respeitar. Será que não está na hora de termos um ministro do Supremo Tribunal Federal evangélico?", perguntou o presidente, aplaudido de pé por fiéis que participaram da Convenção Nacional das Assembleias de Deus, em Goiânia, na ocasião.

O presidente da República passou todo o discurso feito pela manhã na Câmara sem abordar abertamente a votação nessa quarta da reforma da Previdência no plenário da Casa. Bolsonaro pediu apoio dos parlamentares em votações da pauta do governo.

Ele elogiou genericamente o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que em sua visão "tem conduzido muito bem as questões de interesse do País", e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), "uma pessoa que tem o coração maior que o peito", nas palavras de Bolsonaro. O presidente afirmou que no segundo semestre "nossos olhos se voltarão para o grande e pequeno Davi Alcolumbre."

Já o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (DEM), disse que "graças a Deus hoje teremos uma grande vitória no plenário da Câmara dos Deputados para começar a transformar o Brasil", em referência à votação da reforma (leia mais sobre a votação no caderno Economia & Negócios).

### "ESCOLHIDO DE DEUS"

Apresentado como "o escolhido" de Deus por Lorenzoni, Bolsonaro afirmou ser apenas um instrumento e destacou o potencial da parceria entre o Planalto e o Congresso. "Vocês são mais que amigos, são irmãos. Homens e mulheres que querem o bem do próximo e nós juntos podemos fazer aquilo que o povo quer e merece, um Brasil melhor para todos. Ninguém faz nada sozinho. A Força do Executivo com o Legislativo é inimaginável, ainda mais tendo paz e Deus no coração".

11 JUL 2019

# FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

## Jurista 'terrivelmente evangélico' deve ser o AGU

Quando o presidente disse ter intenção de nomear jurista "terrivelmente evangélico" para o Supremo Tribunal Federal (STF), muitos pensaram que Jair Bolsonaro se referia ao juiz federal Marcelo Brêtas, titular da 7ª Vara Criminal do Rio e responsável pela Lava Jato no estado. Mas, na verdade, o desejo de Bolsonaro é nomear o ministro da Advocacia-Geral da União, André Luiz Mendonça, que é o jurista "terrivelmente evangélico" mais próximo do presidente da República atualmente.

## Doutor na carreira

Funcionário de carreira da AGU, André Mendonça é doutor em Estado de Direito e Governança Global e mestre em Estratégias Anticorrupção.

## Laico, mas...

O Supremo Tribunal Federal mantém um crucifixo no plenário da Corte, muito embora o estado seja laico.

## Religiosos

Há casos de ministros do STF conhecidos pela devoção a santos da Igreja Católica. Nem por isso deixaram a própria fé afetar as decisões.

## Prioridades

Na verdade, a religião do ministro que será indicado pouco importa. O que vale é decisão com base nos autos e não em preceitos religiosos.

# FOLHA DE LONDRINA

## Um 11 JUL 2019

# prêmio à impunidade

**E**mbora a reforma da Previdência monopolizasse as atenções no Congresso, nestes dois últimos dias, outros assuntos importantes tiveram encaminhamento decisivo em suas comissões, dois deles fazendo parte do pacote anticrime apresentado pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro. Nesta quarta-feira (10), por 17 votos a dois, a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou o projeto que criminaliza o caixa dois e estipula pena de até cinco anos de prisão, podendo chegar a oito anos e quatro meses em alguns casos. Como tem caráter terminativo, a decisão não precisará ser submetida ao plenário, podendo seguir para análise da Câmara.

O projeto que passou pela CCJ do Senado define como crime "arrecadar, receber, manter, movimentar ou utilizar" recursos e bens que não tenham sido declarados na prestação de contas, ou tenham sido declarados de forma errada. É um avanço importante considerando que a falta de tipificação do caixa dois acaba beneficiando a continuidade da prática e, conseqüentemente, a corrupção.

Se houve avanço no Senado, o mesmo não aconteceu no grupo de trabalho da Câmara que analisa o pacote anticrime. Na terça-feira (9), contrariando o voto do relator do projeto, o deputado Capitão Augusto, o grupo decidiu retirar da proposta o ponto que prevê a prisão após condenação em segunda instância. Sete deputados votaram contra a medida, enquanto seis foram favoráveis e três se ausentaram. Agora, o item será votado em PEC (Proposta de Emenda à Constituição) de autoria do deputado Alex Manente.

Em 2016, o STF (Supremo Tribunal Federal) permitiu que a execução da pena comece após a condenação em segunda instância. Voltar atrás neste entendimento é um grande retrocesso, pois a prisão em segunda instância é justamente um dos pontos principais do pacote anticrime. A medida foi importante no combate à lentidão da Justiça, uma demora que só aumenta a sensação de impunidade e premiava o réu que podia pagar bons advogados e, assim, conseguir protelar o início do cumprimento da pena ou até mesmo ficar em liberdade, mesmo tendo sido condenado por um órgão colegiado.

A rejeição à proposta passa um recado à sociedade de favorecimento à impunidade. Que seja revertida, quando a proposta chegar ao plenário da Casa.

11 JUL 2019

## FOLHA DE LONDRINA

### **Casamento coletivo**

Paranavaí - Abertas até o dia 2 de agosto inscrições para o Casamento Civil Coletivo, que acontecerá no dia 31 de agosto, dentro da programação do Justiça nos Bairros. O objetivo é atender casais que querem formalizar a união e não têm condições financeiras. Interessados devem procurar o Cras (Centro de Referência da Assistência Social) e apresentar documentos do casal, comprovante de renda, entre outros. A realização é uma parceria do Judiciário com o Sistema Fecomércio Sesc e Senac, Prefeitura Municipal de Paranavaí, e apoio da Unipar e Cartórios de Registro Civil. Informações pelo fone (44) 3474-8500 ou 3902-1057.